



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PLANO DE ACTIVIDADES PARA A 1.ª SESSÃO DA XIII LEGISLATURA

I – AUDIÇÕES PARLAMENTARES

1. Audições parlamentares nos termos do artigo 104.º do RAR, incluindo as obrigatórias.

2. Demais audições que forem consideradas relevantes no âmbito de processos legislativos em curso ou no exercício da função de fiscalização, designadamente com as seguintes entidades:
 - Procuradoria-Geral da República;
 - Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;
 - Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna;
 - Conselho Superior de Segurança Interna;
 - Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE);
 - Provedor de Justiça sobre o Relatório Anual de 2015;
 - Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);
 - Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial;
 - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN;
 - Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal;
 - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA);
 - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos;
 - Comissão Nacional de Eleições;
 - Conselho dos Julgados de Paz;
 - Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) sobre, nomeadamente, a luta contra o terrorismo;
 - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

3. Audições de candidatos a titulares de cargos exteriores à Assembleia.

II – CERIMÓNIAS, CONFERÊNCIAS E COLÓQUIOS PARLAMENTARES

1. Cerimónia de Atribuição do Prémio Direitos Humanos 2015 – 10 de dezembro de 2015.

2. Conferências e colóquios:

- Conferência sobre os constrangimentos do Sistema Judiciário;
- Conferência sobre a monitorização da aplicação da legislação sobre a violência doméstica;
- Conferência sobre a nova pobreza e os seus efeitos nas Crianças e Jovens em Risco;
- Colóquio sobre a Cidadania e a Igualdade de Género e não discriminação;
- Colóquio sobre os novos desafios dos movimentos migratórios na União Europeia.
- Colóquio sobre Igualdade de Género;
- Colóquio sobre Discriminações com base na orientação e identidade sexual;
- Colóquio sobre os desafios e direitos das pessoas com deficiência (*competência da Comissão de Trabalho e Segurança Social*);
- Colóquio sobre a situação dos Refugiados e movimentos migratórios para a Europa.

III – VISITAS

- Estabelecimentos Prisionais das áreas de intervenção dos tribunais da Relação;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Conselho Superior da Magistratura;
- Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- Conselho Superior do Ministério Público;
- Tribunais;
- Julgados de Paz;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Diretoria Nacional da Polícia Judiciária;
- Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária;
- Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais;
- Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública;
- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
- Escola Prática de Polícia;
- Comando Geral da Guarda Nacional Republicana;
- Escola Prática da Guarda Nacional Republicana;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Centro de Estudos Judiciários;
- Observatório Permanente da Adoção;
- Centros educativos;
- Centros de acolhimentos temporários de crianças;
- Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;
- Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal;
- Instituto de Medicina Legal de Coimbra – Base de Dados de Perfis de ADN.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP);
- Conselho Português para os Refugiados;
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);
- Associação Portuguesa de Mulheres Juristas;
- Associação de Mulheres contra a Violência;
- SOS Racismo;
- Solidariedade Imigrante;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Movimento Democrático de Mulheres;
- UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.